



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



MENSAGEM Nº 83 /2014.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores

**PROTOCOLO**  
Divisão das Comissões  
Proj. de Lei nº 3.215/14/mens.  
Proj. de Lei Comp. nº 2083.  
Resolução \_\_\_\_\_  
Decreto Legislativo \_\_\_\_\_  
Emenda \_\_\_\_\_  
Data 08/12/14 Horário 16:30

Ao cumprimentá-los, tenho a honra de submeter à apreciação dessa Câmara Municipal de Porto Velho, o anexo Projeto de Lei que *"Dispõe sobre a desafetação e autoriza o Município de Porto Velho a assinar acordo judicial, extinguindo a demanda e por fim regularizando a terra nas condições especificadas, resguardando o passeio público"*.

É sabido que bens de uso comum são aqueles destinados ao uso indistinto de toda a população. Ex: Mar, rio, rua, praça, estradas, parques (art. 99, I do CC). O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou oneroso, conforme for estabelecido por meio da lei específica, a qual o bem pertencer (art. 103 CC).

Denote-se que atualmente existem diversos processos em litígio e em fase de execução de sentença, pertinente aos impasses sobre bens públicos ocupados por terceiros no Município de Porto Velho, e no caso específico da "rua sardinha", as composições estão em processo avançado, onde atualmente encontra-se suspenso em virtude de uma inspeção judicial no local objeto do litígio, a fim de se constatar a situação geográfica da Rua Sardinha bem como da sua utilidade em relação ao tráfego de veículos e pedestres.

No dia 8 de agosto de 2014, compareceram todas as partes interessadas, inclusive a Magistrada da 1ª Vara da Fazenda Pública, e naquela oportunidade se pode constatar, a possibilidade de manter a via com largura de 8 metros, medida esta que atenderia um possível fluxo de tráfego no futuro, considerando que a rua tem apenas 200 metros de extensão e sem nenhuma



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



vasão que justificaria a necessidade de uma via mais larga. Tanto é que após determinação de estudo realizado pela Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito – SEMTRAN referente a projeção de um possível tráfico no futuro, concluiu-se que a largura de 8 metros atende um possível fluxo no futuro.

Assim o bem público de uso comum a que se refere o projeto de lei em anexo, trata-se da área constituída de 1.281,16m<sup>2</sup>, localizada a Rua Sardinha, Bairro Nova Porto Velho, setor 06, quadra 056, zona urbana do Município de Porto Velho, com frente: 4,00m e perímetro de 648,50m<sup>2</sup>, tendo por limites e confrontações ao Norte Rua Garoupa, ao Sul com Rua Caparari a Leste com Rua Sardinha, à Oeste com os lotes: 270, 437, 692 e 538, dados do perímetro frente: 4,00m, fundo: 4,00m; lado direito: 320,24m; lado esquerdo: 320,26.

A descrição para pista de rolamento e calçada na Rua Sardinha, para fins de ocupação segue os seguintes dados: bairro nova porto velho; zona urbana do Município de Porto Velho/RO; distrito: 01; zona: 02; setor: 06; quadra: 056; com frente: 8,00m; perímetro: 656,43m; área: 2.561,74m<sup>2</sup>; com limites e confrontações: ao Norte: Rua Garoupa; ao Sul: Rua Caparari; à Leste: Condomínio Residencial Rio de Janeiro; à Oeste: Parte da Rua Sardinha; dados do perímetro com frente: 8,00m; fundo: 8,00m; lado direito: 320,19m; lado esquerdo: 320,24m.

Assim, considerando o interesse público no local em epigrafe, pretende o Município, desafetar tal área para fins de circulação das vias de trânsito desta municipalidade, e por fim a uma discussão litigiosa que a muito vem trazendo dissabores aos interessados, para a população local, bem como acarretando prejuízos aos cofres públicos.

Desta forma, nobres vereadores, em virtude das razões apresentadas, atento à importância da matéria em comento submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências, o Projeto de Lei em anexo, pelo que rogo por sua aprovação.

Porto Velho, 08 de Dezembro de 2014.

**MAURO NAZIF RASUL**  
Prefeito





# MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



PROJETO DE LEI Nº 12 ,DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

## PROTOCOLO

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº 3.215/14/mes

Proj. de Lei Comp. nº 2283

Resolução \_\_\_\_\_

Decreto Legislativo \_\_\_\_\_

Emenda \_\_\_\_\_

Data 08/12/14 Horário 16:30

*"Dispõe sobre a desafetação e autoriza o Município de Porto Velho a assinar acordo judicial, extinguindo a demanda e por fim regularizando a terra nas condições especificadas, resguardando o passeio público".*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando das atribuições que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprova e eu sanciono a seguinte

### LEI:

**Art. 1º.** Fica autorizado o Município de Porto Velho para todos os fins e efeitos, a desafetada de sua caracterização original de bem público de uso comum do povo a área constituída de 1.281,16m<sup>2</sup>, localizada a Rua Sardinha, Bairro Nova Porto Velho, setor 06, quadra 056, zona urbana do Município de Porto Velho, com frente: 4,00m e perímetro de 648,50m<sup>2</sup>, tendo por limites e confrontações ao Norte Rua Garoupa, ao Sul com Rua Caparari a Leste com Rua Sardinha, à Oeste com os lotes: 270, 437, 692 e 538, dados do perímetro frente: 4,00m, fundo: 4,00m; lado direito: 320,24m; lado esquerdo: 320,26.

**Parágrafo Único.** A área desafetada nos termos deste artigo servirá de bem ideal para composição em processo judicial.

**Art. 2º.** A descrição para pista de rolamento e calçada na Rua Sardinha, para fins de ocupação segue os seguintes dados: bairro nova porto velho; zona urbana do Município de Porto Velho/RO; distrito: 01; zona: 02; setor: 06; quadra: 056; com frente: 8,00m; perímetro: 656,43m; área: 2.561,74m<sup>2</sup>; com limites e confrontações: ao Norte: Rua Garoupa; ao Sul: Rua Caparari; à Leste: Condomínio Residencial Rio de Janeiro; à Oeste: Parte da Rua Sardinha; dados do perímetro com frente: 8,00m; fundo: 8,00m; lado direito: 320,19m; lado esquerdo: 320,24m.

**Art. 3º.** Fica autorizado o Município a realizar acordo judicial, extinguindo a demanda contra os moradores do condomínio Residencial Rio de Janeiro, respeitando a exigência legal embutida na cláusula única, imutável entre as partes, caracterizada pela demolição de 2 (dois) metros em suas edificações, restaurando o passeio público para o calado de 8 (oito) metros da Rua Sardinha.

**Art. 4º.** A área de 4 (quatro) metros ocupada pelos proprietários dos imóveis do Condomínio Residencial Rio de Janeiro, fica incorporada ao patrimônio de cada imóvel, obedecendo a individualização de cada um, devendo ser posteriormente objeto de majoração para base dos impostos municipais.



# MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



**Paragrafo Único.** Caberá ao Município de Porto Velho, proceder a devida avaliação de mercado pertinente a área a ser incorporada, e mediante Laudo Técnico Pericial, apresentará aos proprietários dos imóveis, os termos para fins de compensação em favor dos bens públicos.

**Art. 5º.** Fica facultado ao Poder Executivo Municipal, o direito de arruamento e urbanização da área remanescente exequível conforme o interesse público.

**Art. 6º.** Os prejuízos decorrente do processo demolitório da área de 2 (dois) metros, não desafetada, serão assumidos integralmente pelos proprietários dos imóveis beneficiados pela desafetação.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.